

Textos Brasileiros



NOVOS RUMOS DA DEFESA NACIONAL E A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Maria Helena de Amorim WESLEY*

1 - INTRODUÇÃO

Criada no final de 1949, a Escola Superior de Guerra atualmente passa por transformações radicais requeridas pelo cenário mundial, enfrentando o desgaste da imagem das Forças Armadas, responsável em parte pelo prejuízo do re-aparelhamento e desenvolvimento tecnológico militar e de uma revisão efetiva da Política de Defesa Nacional (PDN).

A presença da consciência acrítica sobre o regime militar implícita na anistia unilateral do decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e recentemente confirmado pelo presidente Lula, demonstra de forma inequívoca o incômodo sobre as revelações deste período, onde quer a direita, quer as classes dominantes buscam desvencilhar-se do passado a pretexto de alcançar a harmonia social, o que obviamente sepulta a memória oficial.

Neste estudo, ao priorizar-se a reformulação do pensamento estratégico brasileiro a partir de 1990 (por considerá-lo basilar à reestruturação da Escola Superior de Guerra),

* Artigo apresentado ao CAESG/2005

prescindir-se-á de análise quanto à substituição de termos (a exemplo de Doutrina de Segurança e Política de Defesa) porque esta tarefa já foi efetuada em trabalhos que repensam o atual papel e função da ESG (Milani, 2002; Ferolla, 2000; Fialho, 2003)¹ onde a Doutrina passa a ser considerada “[...] **como produção histórica contextualizada a um ambiente e condições e opções ideológicas específicas**”, fornecendo ao pensamento estratégico uma natureza teórica com caráter científico (Fialho, 2003, p. 64).

A limitação das liberdades democráticas como prática do Estado, elaborada no interior da ESG, fundamentou-se numa estrutura legislativa que deu sustentação ao regime militar, configurando no início dos anos 60 uma nova forma de ação questionadora do arbítrio interno e da dependência externa que requisitava mudanças nas estruturas econômicas e sociais (visando maior inclusão social).

2 . FORMULAÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

O grupo militar que assumiu o poder em 1964 era marcado por fortes vínculos entre oficiais brasileiros e norte-americanos, conseqüência de uma geração influenciada pela concepção de *defesa nacional*, presente nos cursos realizados nos EUA e que deu origem a ESG (nos moldes da National War College) vinculada ao EMFA².

Durante 10 anos (1954-1964) a ESG desenvolveu a teoria para intervenção no processo político nacional e após 1964 passou a funcionar também como formadora de quadros para ocupar funções superiores no governo, formulando uma estrutura de poder e controle social materializada na publicação do AI-1 (9 de abril de 1964) que estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República, com amplos poderes³.

¹ Textos disponíveis em PDF na página do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (www.esg.br)

² Estado Maior das Forças Armadas.

³ Ditar nova Constituição, fechar o Congresso, decretar o estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos – contratados ou eleitos - abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social, suspender direitos políticos de cidadãos por 10 anos e cassar mandatos legislativos de deputados federais, estaduais e vereadores.

Essa nova estrutura de poder e controle social, que constituíram os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e originou o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), ganha força de lei com a publicação do Decreto – lei N° 314/68 e em 13 de dezembro de 1968 o AI-5 reedita os princípios do AI -1 e suspende o *habeas corpus*.

O fechamento do Congresso Nacional por quase um ano, logo após a publicação do AI-5, juntamente às assembleias estaduais e municipais, franquearam a efetivação da publicação de atos institucionais e decretos-leis que iniciaram o processo de regulamentação da economia brasileira, buscando torná-la atrativa para os investimentos estrangeiros com a concessão de incentivos.

3 . REFORMULAÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO E AS FORÇAS ARMADAS.

As transformações estruturais no cenário mundial desencadeadas com o fim da União Soviética (1992), acrescidas dos novos meios de comunicação deságuam na reforma econômica internacional firmada no Consenso de Washington, cujos pontos cruciais estabelecem a limitação do papel do Estado, privatização, desregulamentação, austeridade fiscal, abertura comercial e investimento estrangeiro direto, liberalização cambial e financeira. Com isto observa-se o esvaziamento da Doutrina de Segurança Nacional como parâmetro estrutural da Defesa Nacional que desde 1985 buscava se adaptar a uma realidade fortalecida do Poder Legislativo e da liberdade de expressão, da instabilidade mundial que sobreveio com a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul e dominação hegemônica norte-americana.

Durante o regime militar, supõe-se que o estabelecimento de uma administração democrática fictícia foi considerado necessário a fim de suplantar distúrbios sociais que afetassem o andamento das atividades do Poder Executivo, como se pode inferir nos discursos do primeiro ao último presidente daquele período.

Esta especificidade do período militar constituiu-se de elementos integrados e centralizados no SNI⁴ - criado por Golbery em 1964 – que direcionava todas as informações para o Poder Executivo. Em 1969 surge, contando com recursos financeiros do empresariado, a OBAN⁵ e embora não estivesse vinculada ao II Exército, compunha-se dos efetivos das três forças, da Polícia Política Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil.

No governo Médici (1969 – 1974), considerado como o período de maior repressão, encontra-se o chamado **milagre econômico** (1968 – 1973) estigmatizado por grandes projetos públicos e acelerado crescimento econômico, tornando irrelevante o impacto causado pelas medidas de segurança que auxiliadas pelo marketing e forte censura, deram origem ao clima de ufanismo nacional e ao fortalecimento e prestígio entre as camadas populares que marcaram o regime militar.

3.1 – O período pós-militar

A ESG, enquanto órgão formulador de uma política de Defesa Nacional e de concepções estratégicas, fornece dados sobre a interrupção ou fenecimento de diversos programas militares⁶ graças às severas restrições orçamentárias e legislativas sobre as Forças Armadas. Mesmo os programas militares posteriores a 1985 – como o CALHA NORTE –, são duramente criticados pelos congressistas de esquerda e grupos defensores do meio ambiente que se combinam com a imposição de países centrais no bloqueio de transferência tecnológica através do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e o Regime de Controle de Mísseis.

⁴ DM (Divisão Municipal de Polícia); DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social); SESP (Secretaria Estadual de Segurança Pública); CIEX (Centro de Informação do Exército); GENIMAR (Centro de informação da Marinha) e CISA (Centro de Informação da Aeronáutica).

⁵ Operação Bandeirantes.

⁶ Empresa Brasileira de Material Bélico (Exército); Programa Nuclear Paralelo (submarino a propulsão nuclear, Marinha); Missão Espacial Completa Brasileira (construção de foguete com veículo lançador de satélites e míssil balístico de médio alcance) e o Programa AMX da Aeronáutica.

Conforme assinala Ferolla (2000), os poderes econômico e militar manipulados por estruturas hegemônicas, estabelecem às nações soberanas visões deformadas sobre os rumos a serem seguidos, como se constata na estratégia política norte-americana para a América Latina, cujo objetivo central é a manutenção da Doutrina Monroe que estruture um “[...] *organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias.*” (Guimarães, In Ferolla, 2000).

4. ATUAL PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E POLÍTICO

A urgência do re-aparelhamento e desenvolvimento tecnológico militar permanece longe de solução, como se constata na questão da compra de caças, fato revelador da ausência absoluta de planejamento e rumo da política de defesa, diante da incapacidade do atual governo em perceber a necessidade da tecnologia militar para o desenvolvimento econômico, o que já causou o fracasso da ENGESA.

A constante busca do esquecimento ou apagamento do período militar, como elemento desconfortável, produz um manancial de justificativas para esquivar-se dos erros e irresponsabilidades nos governos que sucederam, mesmo decorridas mais de duas décadas do término daquele regime, configurando perigosamente, no entender desta Autora, o vazio de poder ora vivenciado, onde avulta a carência de recursos para o re-aparelhamento das Forças Armadas e investimentos em pesquisa tecnológica de ponta que, segundo Viegas⁷ trabalha com 50% do essencial para o desenvolvimento do Ministério da Defesa.

As pesquisas militares no Brasil com fins bélicos esbarram nos gastos necessários e são facilmente substituídos pela economia de recursos para o Fome Zero ou outra política. Ignora-se que nas *áreas sensíveis de pesquisa* os estudos têm aplicações tanto

⁷ VIEGAS, José. UNB discute Segurança Nacional – IV Reunião do Grupo Interinstitucional de Análise de Conjuntura e Segurança Internacional (9 de dezembro de 2003).

para fins pacíficos quanto para militares e quando solicitados pelo governo, efetua-se em institutos específicos⁸.

Os debates promovidos pelos Ministérios da Defesa (MD), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de atualizar o pensamento sobre defesa nacional trouxe a tona que os R\$ 30 milhões gastos em pesquisa e desenvolvimento na área de militar, corresponde a 1% de todo o gasto militar (75% é gasto com pessoal) enquanto os EUA despenderam em 2003 cerca de U\$ 58 bilhões somente em pesquisa e desenvolvimento na área militar, o que permitiu o fornecimento de U\$70 milhões em material de defesa para as forças armadas além do que foi exportado (DAGNINO, IV Reunião da UNB em 9 de dezembro de 2003)⁹.

Rego Barros¹⁰, participante do ciclo de palestras do MD, afirma que apesar dos altos custos do desenvolvimento tecnológico em defesa e segurança na pesquisa e desenvolvimento na área militar é imprescindível.

V. CONCLUSÃO

Uma breve análise das perspectivas internacionais do Brasil, considerando-se que no atual momento o PN encontra-se a deriva, revela o cenário preocupante de um país que apesar da provável liderança regional descortinada, apresenta-se com débil poder estratégico e parca influência global diante da estagnação provocada pelas desigualdades sociais.

O binômio desenvolvimento econômico X desenvolvimento social que fundamentam o PN, apresenta-se esgarçado na base: não se consegue precisar uma *política de defesa*, capaz de enfrentar e minimizar problemas contemporâneos (crime

⁸ INPE, IPEN e ITA.

⁹ Pesquisador do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) da UNICAMP.

¹⁰ Embaixador Sebastião do Rego Barros, IV Reunião da UNB, em 9 de dezembro de 2003.

organizado, narcotráfico, multinacionais, ONGs, parlamentares corruptos) e externos (integração regional, liberalização comercial interna e tarifa externa comum).

O propósito deste artigo foi buscar como a Escola Superior de Guerra e o Ministério de Defesa reagem às mudanças ocasionadas com o fim da Guerra Fria, a redefinição da ordem internacional e a revisão dos conceitos de segurança e defesa, levando em conta que as mudanças internas e externas carregam conseqüências sérias para a política de defesa nacional face à adequação requerida aos novos parâmetros de segurança internacional.